

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*).

IBN IYÁS-AL-HANAFI. — **Journal d'un bourgeois du Caire** (Chronique d'Ibn Iyás). Tradução e notas de Gaston Wiet. S. E. V. P. E. N. Paris. 1960. Coleção "Bibliothèque Générale de l'École Pratique des Hautes Études". 2 vols.

Este **Journal d'un bourgeois du Caire** editado em dois volumes, é a continuação da **Histoire des Mamelouks Circassiens**, impressa pelo Instituto Francês de Arqueologia Oriental do Cairo no ano de 1945. A Crônica de Ibn Iyás traduzida por Gaston Wiet, situa-se no período que vai do início do século XIV até o ano de 1516. A leitura desse **Journal d'un bourgeois du Caire**, segundo a expressão feliz de Jean Sauvaget, é interessante por mais de um motivo: primeiramente porque se trata do fim de uma época, quando o Egito vai ser ameaçado nas suas comunicações com o Oceano Índico; temos, pois, na Crônica o relato — visto do ângulo egípcio — da repercussão da expansão portuguesa no Extremo Oriente. Em segundo lugar, o governo mameluco não se mostrou capaz de lutar contra as ambições otomanas e Ibn Iyás nos mostra as lamentáveis e diárias tergiversações do sultão, cuja única desculpa é a falta de confiança por êle depositada nos seus oficiais superiores. Na leitura da obra se colhem, esparsamente, dados econômicos, muito raros para o nosso gosto, pois os autores árabes a esse propósito são de uma falta de curiosidade desconcertante.

Devemos notar também que temos com esta obra a primeira crônica seguida desse período, crônica que passa assim para uma língua europeia de grande difusão; para o reinado do sultão Qânsûh tínhamos até agora apenas relações de viajantes europeus, os quais também foram aproveitados nas numerosas notas de rodapé da lavra de Gaston Wiet.

E. S. P.

MAURO (Frédéric). — **Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670)**. Coleção "Ports-Routes-Trafic" da École Pratique des Hautes Études. S. E. V. P. S. N. Paris. 1960. XLI + 550 pp.

O Autor estuda neste livro os mecanismos, as instituições e as flutuações da economia colonial portuguesa em torno do Atlântico, nas vésperas da união com a Espanha, após a paz assinada com ela para pôr fim à Guerra da Independência, durante, pois, o período que viu a passagem do império português do Oceano Índico para o Atlântico. O Autor preocupou-se em fazer a geografia, a sociologia, e tecnologia e a economia desse conjunto marítimo, em fazer se não a história total, pelo menos a história econômica total desse período.

(\*) — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (Nota da Redação).

A primeira parte precisa as condições náuticas e geográficas dessa economia: rotas ideais de veleiros e rotas realmente seguidas por eles, métodos de navegação, tipos de navios, construções navais, vicissitudes das viagens, riquezas e obstáculos das costas, das ilhas, das terras submetidas à influência dessa via marítima.

A segunda parte, a mais longa, é consagrada ao funcionamento dos grandes setores dessa atividade marítima e colonial: pau brasil, escravos, açúcar, produtos do mar, trigo, etc... O açúcar aparece como o produto "dominante", modelando toda a economia agrária brasileira e fazendo dos mercadores portugueses os grandes aproveitadores do comércio, enquanto que o moageiro (*maitre de moulin*) vive duma exploração deficitária, como o prova um verdadeiro estudo de "economia de empresas".

A terceira e última parte estuda as estruturas de conjunto e a conjuntura geral. É um ensaio de macro-economia ou de economia geral, segundo a expressão dos economistas dos nossos dias.

O método empregado é bastante característico das tendências atuais da escola histórica francesa, principalmente no que tange a história econômica.

E. S. P.

\*

LÜTHY (Herbert). — *La Banque Protestante en France, de la Révocation de l'Edit de Nantes à la Révolution. II. De la Banque aux Finances (1730-1794)*. S. E. V. P. E. N. Paris. 1961. Coleção "Affaires et Gens d'affaires", vol. 19. 861 pp.

Esse segundo volume do livro "La banque protestante en France", que tem como subtítulo "De la banque aux finances", nos mostra a história dos banqueiros franceses no seu apogeu, na época de Necker e Calonne, até o período da decadência da Revolução. A evolução das atividades bancárias através do século XVIII, do comércio das letras de câmbio e do lançamento de empréstimos, refletem todas as mudanças do regime financeiro da monarquia, que acabou por não mais se apoiar sobre seus próprios banqueiros, mas sim sobre o crédito manejado pelos bancos privados. Após a concentração de todas as atividades bancárias em torno dos negócios de Estado, durante as crises do reinado de Luís XIV e da Regência, analisados no primeiro volume, a primeira parte do II volume mostra o conjunto das atividades dispersas na época da consolidação monárquica nos meados do século XVIII, por uma série de histórias de dinastias bancárias nascentes (das quais uma, a dos Mallets, vai festejar o seu 250.º aniversário). A segunda parte do presente volume mostra como o rápido desenvolvimento do grupo bancário dirigido por Necker estava ligado à constelação histórica criada pela Guerra dos Sete Anos, que entregou o império marítimo e financeiro das Índias à Inglaterra, e às lutas em torno dos despojos da Companhia Francesa das Índias, de onde nasceu a Caixa de Descontos, sucessivamente monopolizada pelos grupos rivais. As rixas dos clãs financeiros durante os ministérios de Necker e de Calonne

foram esclarecidas pela identificação e análise dos grupos de interesses em conflito, e pelas repercussões das revoluções da América, de Genebra e dos Países-Baixos sobre a situação interna da França. Uma documentação abundante, tirada em grande parte dos arquivos notariais de Paris e de Genebra, e completadas por fontes arquivais públicas e privadas da França e da Suíça, permitiram estabelecer a articulação e a atividade de numerosas rêsdes e circuitos bancários da época, e estudar minuciosamente, sob a base dos contratos e peças contábeis, a exploração científica das fraquezas do tesouro real pelos bancos privados, em particular a especulação desenfreada das rendas vitalícias francesas “assinadas” (assignées) das “trinta jovens de Genebra” tão célebres quanto mal compreendidas na história financeira do Antigo Regime. A conclusão reabre a questão do papel da minoria protestante, e, no âmago desta, dos banqueiros genebrenses ou tidos como tal, na queda do Antigo Regime e, mais geralmente no advento do capitalismo, e submete a um exame crítico certas opiniões tidas como certas.

E. S. P.

\*

BOUVIER (Jean). — **Le Crédit Lyonnais de 1863 à 1882. Les années de formation d'une banque de dépôts.** Paris. S.E.V.P.E.N. École Pratique des Hautes Études. Sixième Section. 2 tomos. 937 pp. Coleção “Affaires et Gens d’Affaires”. Volume 23.

Esta obra é a primeira no seu gênero: ela traça a história duma grande empresa baseada nos seus próprios arquivos, muito abundantes durante o período que serviu de tema ao presente trabalho. Mas essa história, redigida por um universitário, é uma história crítica e mantém muito poucas relações com as histórias redigidas pelas próprias empresas ou sob sua inspiração.

História crítica, isto é, profundamente objetiva, ela vê os homens e os fatos tais como êles se apresentam, e se esforça em expor como interferem os destinos individuais dum grupo de homens de negócios com os fenômenos de conjuntura aos quais êsse grupo está forçosamente adaptado.

O autor é assim obrigado passar do particular para o geral, coisa que, por si só, pode dar valor à pesquisa. A história das origens e do início do maior banco francês revela-se, com efeito, absolutamente típica. Ela testemunha, além dos acidentes específicos da sua marcha na evolução do conjunto do sistema bancário francês, e mostra também as mudanças das estruturas do grande capitalismo na segunda metade do século XIX, época em que se estabeleceram as bases do imperialismo contemporâneo. Desde 1870, o **Crédit Lyonnais** foi instalado em Londres, Madri, Viena, Alexandria, Constantinopla, Nova Iorque, São Petersburgo. Na história mundial repercute então, através de suas atividades, a posse inglêsa do Egipto, a tutela financeira imposta pela “Europa” ao Império Otomano, a pré-história dos empréstimos franceses na Rússia, a força já visível do jovem capitalismo americano. Êsses fatos são então concretamente

sentidos e expostos porque um lugar enfim foi concedido às forças financeiras do nosso tempo — homens e emprêsas.

Mas na base dessa ubiqüidade do grande banco contemporâneo, o autor coloca sua força interna, suas fundações nacionais solidamente constituídas pelo grande apêlo à economia popular: sôbre a constituição de rêdes de agências bancárias, singularidade do banco do século XIX, encontrar-se-á na obra em apreço descrições absolutamente novas.

O autor fêz um ensaio de síntese sôbre a estratégia do officio de banqueiro — o jôgo do perpétuo desequilíbrio dos “recursos” e dos “empregos” — sôbre os grandes tipos de operações do banco de depósito e sôbre os mecanismos de seus lucros. Vê-se constantemente, ao longo das páginas, viver e reagir homens — graças à correspondência interna da emprêsa, particularidade própria do **Crédit Lyonnais** em razão da estrutura bicéfala da firma nascida em Lyon, mas dirigida de Paris.

Uma vasta bibliografia, um índice de nomes de pessoas e de sociedades citadas tornam bastante cômoda a utilização da obra.

E. S. P.

\*

LOURENÇO FILHO (M. B.). — **Educação Comparada**, vol. V das “Obras Completas de Lourenço Filho”, Melhoramentos, São Paulo, 1961, 294 páginas.

A Biblioteca do estudioso de Administração Escolar e Educação Comparada enriquece-se com o aparecimento dêsse livro do Professor M. B. Lourenço Filho.

Dividindo-o em quatro partes, o grande conhecedor de assuntos educacionais desenvolve seu trabalho, obedecendo o seguinte plano: Na primeira parte analisa o conceito, a origem e o desenvolvimento da Educação Comparada, bem como as fontes e os recursos dos estudos comparativos, e termina apresentando os métodos e tendências da disciplina em questão.

Ao abordar o histórico do assunto, desde o aparecimento dos “sistemas nacionais de ensino”, dá ao leitor uma informação sôbre a Educação Comparada no Brasil.

Ao estudar as “tendências atuais”, focaliza as diferentes correntes: Kandel, com a “escola filosófica”, admitindo uma problemática da educação; Hans, com o “processo histórico”, sob os três grandes grupos de fatores (naturais, religiosos e laicos) e Lauwerys, que analisa os sistemas educacionais como função social a ser “sociologicamente analisada”. Na segunda parte, faz uma rápida descrição de dez sistemas educacionais: cinco da Europa (Inglaterra, França, República Federal Alemã, Itália e U.R.S.S.), três da América (E.U.A., México e Argentina) e dois da Ásia (Japão e Índia).

A seguir analisa os programas de ensino primário na América Latina ressaltando o problema das necessidades sociais e econômicas dos países estudados. Para terminar, elabora um excelente curso

de “Educação Rural no México”, desde as origens do movimento, a organização escolar e as tendências e perspectivas.

Contrariando o ditado, (a “virtude está no meio”), o autor não deu à segunda parte um tratamento à altura, pois que se apresenta falho em matéria de informação e reflexão. As partes essenciais, de valor extraordinário, que por si só constituem excelente fonte de informação, são as “extremidades” do trabalho.

O Professor Lourenço Filho, foi sincero quando disse que a segunda parte compõe-se de sùmulas descritivas.

Todo estudioso de Educação Comparada, sente a falta de bibliografia condizente, pois além das publicações da UNESCO, e das enviadas pelos Consulados, as obras dedicadas ao estudo dessa disciplina não chegam a uma centena.

Por estas razões, quando surge um trabalho dêste quilate, com informação precisa, livre de paixão partidária, sentimo-nos entusiasmados e ousamos solicitar do Autor ainda mais do que nos acaba de dar. Que novos trabalhos sejam trazidos, mas à altura do trabalho feito sôbre a “Educação Rural no México” e “Programa de Ensino Primário na América”, num plano racional, completo, informativo e sobretudo comparativo.

Não podemos apreciar em igual intensidade a segunda parte, onde o autor apresenta sùmulas referentes à organização e administração escolar de dez países, “escolhidos por certas variações características de mudança social, que nos últimos tempos, todos tem apresentado”, (Prefácio, pg. 9).

O que desejaríamos, é que não fôssem sùmulas dos dez países, mas realmente, um estudo das “características de mudança social”... Que em vez de expositivo fôsse um trabalho comparativo, em que os mesmos elementos, os mesmos fatôres educacionais fôssem tratados em todos os países apresentados. Apenas um estudo, único, sôbre “alunos excepcionais” na França, o problema do “ensino religioso”, na Inglaterra, e “financiamento”, na Itália, não nos possibilita uma comparação.

Com a bagagem cultural, experiência e inteligência orientadas para a pesquisa de assuntos pedagógicos, o eminente Mestre poderia prestar-nos um auxílio maior ainda do que nos apresenta com a presente obra, focalizando, por exemplo, em todos os sistemas escolares visados, aspectos como: “objetivos da educação” — pois são países escolhidos por certas variações características de mudança social”, “financiamento” — pois assim ficaria comprovado o valor que cada país dá, ao problema educacional, através da porcentagem que destina à educação, “a questão das construções escolares”, já que a maior parte dos países estudados foram vítimas da última guerra.

Ousamos solicitar esta lição ao professor Lourenço Filho, porque concordamos com êle que “cada sistema só poderá ser devidamente compreendido, quando referido à sociedade nacional a que sirva, em função de seus objetivos, tradições e características especiais” (Prefácio, pg. 10). E também queremos com o autor “chegar a melhor compreender as forças educativas de nosso próprio grupo nacional;

mediante a percepção de semelhanças e diferenças que, com as de uns ou de outros apresentem” (Prefácio, pg. 10).

No Prefácio, o autor destina o livro aos estudantes dos cursos de Pedagogia, Didática, Ciências Sociais, Jornalismo bem como aos estudantes dos cursos de Administração Escolar dos Institutos de Educação. A todos êsses estudantes e a todos os que se interessam pelo assunto “Educação”, afirmamos os méritos da presente obra, reconhecendo que foi organizada com critério e profundidade, onde o Professor Lourenço Filho, utiliza com inteligência e fidelidade as fontes, apresentando seus pontos de vista num estilo claro, elegante, e facilmente assimilável.

JOSEFINA CHAIA

\*

O SÉCULO DOS DESCOBRIMENTOS. — (Biblioteca de “O Estado de São Paulo”), Anhembi, São Paulo, 1961. 157 págs.

As comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, não só deram margem à elaboração, por uma equipe de estudiosos portugueses, dos volumosos dois tomos da Bibliografia Henriquina, lançados em 1960, como, também, viram enriquecer o mesmo acervo bibliográfico com o aparecimento de inúmeras outras obras. Procuravam os seus autores, quase sempre, situar, sob diversos ângulos, a figura do Infante na conquista do ciclo atlântico de navegações.

Este é o caso do livro **O século dos descobrimentos**, que reuniu os estudos originariamente insertos na edição especial de 12 de novembro de 1960, que o Suplemento Literário do jornal “O Estado de São Paulo” dedicou àquelas solenizações.

Podemos reconhecer que o prestigioso suplemento hebdomadário equivale, em suas edições especiais, a um livro, desde que os artigos ali abrigados, em apenas uma edição, alcançaram mais de 150 páginas, quando transformados em livro.

Reunindo historiadores brasileiros e portugueses, **O século dos descobrimentos** nos permite em suas páginas uma sincrética visão das condições em que se deu o processamento inicial da expansão marítima portuguesa, estimulada sob a inspiração do príncipe, cujo interesse pelo cometimento parece incontestável hoje em dia.

No primeiro estudo, o prof. Damião Peres resenha os descobrimentos portugueses do século XV, assunto em que é uma das maiores autoridades. Não se recusa, inclusive, a discutir as controvérsias que permanecem sobre o tema.

No capítulo sobre a **Expansão portuguesa em África**, o sr. Moreira de Campos procura mostrar o jôgo de interesses políticos que presidiu a conquista portuguesa naquele continente. A reunião de Tórres Vedras expressaria êsse empenho. Enquanto que, acenando o glorioso objetivo que a expedição a Ceuta representava para os filhos, el-rei punha de lado, aparentemente, outros e verdadeiros in-

tentos que poderiam motivar a atenção de nações também interessadas na expansão africana. A seguinte ponderação do mesmo autor é sobre o que a empresa representou aos filhos de D. João I.

O prof. Sérgio Buarque de Holanda, perlustrando **A historiografia portuguesa** procura a linha de equilíbrio nos extremos julgamentos que têm sido exarados sobre o Infante.

Pretende apontar outras dimensões no complexo de causalidade da dilatação ultramarina lusitana. Faz reparo aos historiadores que, modernamente, interpretam esse movimento conjugado à ascensão burguesa, como sua única explicação. Tendo em vista as implicações sociais, políticas e religiosas da empresa, esses autores chegam a aproximar-se, em proporção, da exageração que os cronistas cometiam ao indicarem os motivos místicos e fantasiosos como os maiores responsáveis pelo movimento ultramarino.

Escrevendo sobre **A ínclita geração**, o prof. Hernâni Cidade perfila cada um dos seus membros.

Já o sr. Tomaz Ribeiro Colaço, em apologética dissertação, reconhece no Infante o direto inspirador do descobrimento do Brasil, tendo, inclusive, noção da existência de terras nesta altura.

Em **A cartografia dos descobrimentos**, o sr. Armando Cortesão discorre sobre a evolução cultural europeia e as diferentes heranças recebidas pelos portugueses, que darão ensejo à sua contribuição à ciência geográfica, através de uma adiantada Cartografia.

Do saudoso Jaime Cortesão, há um artigo sobre a figura do Infante e sua obra, representando tratar-se de capítulo ou passagem de um dos seus trabalhos. Nelé estuda o **homo economicus**, isto é, a projeção do Infante em atividades diversas da faina marítima. Expõe, também, sua tese já conhecida sobre os objetivos últimos de D. Henrique, que se resumiriam em atingir as Índias. Essa opinião, aliás, discrepa de outro autor nesta mesma obra.

O prof. Arthur César Ferreira Reis não identifica os objetivos do imperialismo do século XIX com o movimento expansionista europeu do século XIV, onde assinala nítida presença cultural.

Considerando os motivos que teriam determinado a vitoriosa expedição a Ceuta, o prof. Manuel Nunes Dias inclina-se pela sugestão do vedor da Fazenda, João Afonso de Azambuja, que agiria como instrumento da burguesia interessada no empreendimento. Entretanto, não olvida o complexo de indiretos motivos de empenho que atingiam os mais diversos setores do reino implicados no serviço de Deus e dos homens.

Em **A arquitetura naval dos séculos XV e XVI**, o sr. Mário de Vasconcelos e Sá mostra algumas das causas da decadência da marinha portuguesa no século XV. Descreve os diferentes tipos de navios, dando-nos interessantes elementos técnicos da evolução no acabamento, resistência e tamanho dos navios.

Finalmente, o sr. Joel Serrão estuda o povoamento madeirense como uma disposição portuguesa em antecipar-se aos castelhanos na expansão ultramarina. Considera esta uma experiência inicial lusitana na colonização atlântica.

Um dos interesses maiores de vários dos artigos enfileirados neste livro é o de integrar o Brasil, sob diversos aspectos, como o político, o econômico e o social, no complexo da empresa ultramarina portuguesa. O fato histórico brasileiro, considerado nessa contextura, mostrará com mais detença de estudo que êle, talvez, menos recebeu do que pôde oferecer, como participe da ativa expansão mercantilista.

**JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA**

\*

**ANAIS DO ARQUIVO PÚBLICO DA BAHIA.** Volume XXXVI, 636 págs. Imprensa Oficial da Bahia, Salvador, 1961.

Completando a divulgação dos papéis judiciários relacionados com a chamada **Conjuração dos Alfaiates**, movimento popular sedicioso, que parece ter sido inspirado na Revolução Francesa, o Arquivo Público da Bahia faz presente neste volume dos seus Anais a parte restante dos Autos das Devassas procedidas em 1798-1799.

Sob a competente direção do historiador Luís Henrique Dias Tavares, o principal arquivo baiano, que possui opulento acervo colonial, nos dá com esta publicação fontes indispensáveis para o estudo dos movimentos revolucionários daquele período. Aliás, a mesma prestigiosa instituição destinou, também, 5 volumes dos seus Anais, já publicados, para o documentário, além de alguns trabalhos, referentes à sublevação que rebentou no dia 6 de novembro de 1837 e que recebeu o nome de **Sabinada**.

**J. R. A. L.**

\*

**REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.** Vol. 15, 272 págs., Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1961.

E' sempre aguardado com grande interesse o lançamento de um novo número da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, publicação de alto nível, dirigida pelo dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade, nome que está ligado às iniciativas mais enobrecedoras da inteligência artística brasileira. Abre a matéria contida neste número, um trabalho assinado pelo prof. José Gonçalves de Melo, considerado o nosso maior especialista sobre o domínio holandês no Brasil, que reconstitui a vida e a atividade de "Cristóvão Álvares, engenheiro em Pernambuco", um alentejano que transplantado para o Nordeste açucareiro do século XVII, ali viria a construir várias edificações. Segue-se um trabalho do prof. Carlos Boromaeus Ott, catedrático de Antropologia e Etnografia da Universidade da Bahia, que estuda a biografia e os trabalhos de José Joaquim da Rocha, artista que deixou na Bahia quadros e pinturas diversas, particular-

mente nas edificações religiosas, que são tidas pelos especialistas em grande apreço, inclusive, como iniciadoras de uma **escola baiana**. De Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança, temos o artigo “A formação artística da Imperatriz Dona Leopoldina”, no qual é demonstrada essa facêta da arquiduquesa d’Áustria, isto é, os seus estudos de desenhos, aquarelas e guaches. Em uma comunicação apresentada ao IV Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros, realizado na Bahia, em 1959, e intitulada “Novos subsídios acêrca de Manuel Francisco Lisboa”, a sra. Judith Martins oferece trabalho de consulta obrigatória para quem deseje conhecer a participação do pai do Aleijadinho na arte colonial de Minas. De Alfredo Galvão temos o artigo sôbre as “Obras do antigo edificio da Academia Imperial de Belas Artes”, no qual estuda as diversas alterações pelas quais passou o edificio original de Grandjean de Montigny, sacrificando-o inteiramente. Em “O palácio dos Governadores de Cachoeira do Campo”, o especialista Ivo Pôrto de Menezes conta a história da célebre residência de veraneio dos Governadores da capitania de Minas, cujo valor histórico e artistico não foi respeitado, dêle hoje nada mais restando. Finaliza êste número a sra. Anêmona Xavier de Basto Ferrer, que se valendo do riquíssimo acêrvo do Arquivo Histórico Ultramarino, de Portugal, cataloga os documentos ali microfilmados, que permitem um levantamento das construções promovidas nas diversas capitanias durante a colonização portuguesa no Brasil. Ressalta-se na cessão dêsses microfilmes ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o interêsse, nunca suficientemente louvado, do dr. Alberto Iria, ilustre historiador português, diretor daquele Arquivo, e que tem prestado inestimáveis serviços aos estudiosos brasileiros.

J. R. A. L.